



Façam o jogo, senhores!



MEIRA FILHO — O candidato João de Assis Meira Filho tem 63 anos de idade e há 28 anos mora em Brasília. Ele nunca foi candidato, mas, antes de entrar no PMDB, já foi do PDT e do PDC. Meira, que se diz de centro, mora no Lago Sul e é contrário à estatização das empresas.

ALVARO COSTA — O candidato Alvaro Pereira Sampaio Costa tem 42 anos de idade e 10 de Brasília. Nunca foi candidato, mas já pertenceu ao PMDB. Acha que as empresas de interesse público podem ser estatizadas. Mora na Asa Norte.

LAURO CAMPOS — Com 26 anos de Brasília e 57 de idade, Lauro diz ser socialista e acha que a estatização deve ser ampliada e mais respeitada. Ele nunca foi candidato ou pertenceu a outro partido. Mora no Setor de Mansões Park Way. Seu slogan: "Por um Brasil passado a limpo".

Brasília deve virar Estado? Esta foi uma das questões polêmicas que o CORREIO BRAZILIENSE submeteu a seis dos principais candidatos a senador de Brasília, numa entrevista coletiva que acabou em troca coletiva de idéias entre eles. Uma discussão inesperada, que aproximou opiniões, reforçou contradições e até deixou no ar acusações feitas nas entrelinhas. Meira Filho, do PMDB, e líder de todas as pesquisas, foi um dos convidados. Junto com ele, Lindberg Aziz Cury, do mesmo partido, segundo colocado na pesquisa do Ibope feita com apresentação dos nomes dos candidatos. Alvaro Costa, do PSB, que teve a mesma colocação que Lindberg na pesquisa, também esteve presente, assim como Osório Adriano, o principal candidato do PFL. Veio ainda o principal candidato do PT, Lauro Campos e o principal do PDT, Maurício Correa. José Ornellas, o mais cotado entre os candidatos do PL, foi convocado, mas não pôde estar presente.

Durante duas horas e meia esses políticos estiveram opinando sobre todos os temas ligados ao Distrito Federal: emancipação política, habitação, saúde, transportes e muitas outras questões. Um verdadeiro jogo de problemas e soluções, postos na mesa pelo CORREIO para análise dos candidatos. A coordenação foi do editor de Política, Sérgio Chacon, e do coordenador da Reportagem Política, Wilson Oliveira. Muitos outros candidatos poderiam ter sido incluídos na entre-

vista coletiva, se fosse viável reunir tantos nomes num trabalho dessa natureza. É o caso de Pompeu de Souza, Maerle Ferreira Lima e Carlos Murilo, do PMDB, ou de Antônio Venâncio e Benedito Domingues, do PFL, ou mesmo Newton Rossi, do PDC. Esses e outros deverão ser focalizados em futuros trabalhos. Por enquanto, vamos nos fixar nas opiniões desses seis políticos, que conseguiram conviver durante duas horas e meia com o contraste de idéias, sem perder a classe. Num momento em que mais da metade dos eleitores de Brasília ainda não sabe em quem votar, nada melhor do que estudar com cuidado o pensamento desses seis candidatos considerados de peso. Avaliem o jogo das urnas, senhores.

FOTOS: JORGE CARDOSO



MAURICIO CORREA — Ele tem 52 anos de idade e mora na cidade há 26 anos, sendo presidente licenciado da OAB-DF. É favorável à estatização "com condições". Mora na Asa Sul e se diz social-democrata. Seu slogan: "Vamos libertar Brasília".

LINDBERG CURY — Com 51 anos de idade, Lindberg Aziz Cury mora em Brasília há 25 anos. Ele nunca concorreu a nenhuma eleição e sempre foi do PMDB. Afirmando ser de centro-esquerda, Lindberg é contrário à estatização. O candidato mora na MSPW.

OSÓRIO ADRIANO — Ele se posiciona politicamente como centro-progressista e acha que só as empresas de interesse público devem ser estatizadas. Com 57 anos de idade, Osório diz que mora em Brasília há 29 anos. Nunca pertenceu a outro partido. Mora no Lago Sul. Seu slogan: "Trabalho e seriedade".



Na redação do CORREIO, a concentração dos candidatos na sabatina de duas horas e meia

Os problemas e o jogo de cada um

Seis senadores sentaram-se em volta da mesa: Lindberg Aziz Cury, Osório Adriano, Alvaro Costa, Maurício Correa, Lauro Campos e Meira Filho. O sistema adotado foi o seguinte: foram selecionados oito temas — Saúde, Segurança, Transporte, Habitação, Industrialização, Comissão do DF, Autonomia Política e Educação. Para cada tema, foram sorteados três senadores para responderem num máximo de três minutos, de forma que todos, ao final, respondessem ao mesmo número de perguntas. Uma pergunta, finalmente, foi

feita a todos: Brasília deve ser transformada em estado? Questão levantada por Fernando Tolentino, candidato do PMDB à Câmara, a criação do estado de Brasília é tão polêmica que todos quiseram opinar sobre a sugestão — por todos considerada esdrúxula. Cada um fez seu jogo: conheça aqui alguns dos candidatos mais fortes ao Senado, suas idéias sobre os maiores problemas de Brasília, suas propostas para a Assembleia Constituinte e suas críticas aos governos que por aqui passaram.



Habitação

A crise habitacional brasileira não é privilégio de um estado em particular. É, acima de tudo, um problema a ser solucionado pela Assembleia Nacional Constituinte. Como um parlamentar por Brasília poderá influir na política habitacional no Distrito Federal?

Osório Adriano — A maior prioridade no DF, sem sombra de dúvida, é a habitação. Nós, em Brasília, temos associações de moradores, de inquilinos, e isto adverte o problema da habitação no DF. As entidades que deveriam estar tomando conta deste setor estão paralisadas. Nos governos passados, há alguns anos construíram-se uma quantidade grande de habitações. A Shis era ativa, e desempenhava seu papel. Mas sobreviu a paralisação. Não se construiu mais, e com isto veio o desemprego, a falta de habitação. Agora, como poderemos ajudar nesse problema? Temos que procurar forçar a reativação do trabalho do BNH no Distrito Federal. O BNH burocratiza em excesso a entrada de processos e a liberação. O problema da habitação é muito importante e deve ser cuidado criando-se verbas, autorizando-se a venda dos atuais apartamentos para, com o dinheiro obtido, se construírem outros. Não se venderiam aos funcionários públicos que os estão ocupando, excluindo-se, no entanto, os ocupantes de cargos de confiança e aqueles que estão em cargos transitórios, como os deputados e senadores.

Alvaro Costa — Eu queria fazer uma ressalva: a habitação não é, em hipótese alguma, a maior prioridade. O DF, hoje, requer prioridade em todas as áreas. É preciso que se trate esta questão não com resquícios demagógicos. Enquanto nós tivemos, um BNH ineficiente e o Governo continuou adotando medidas puramente demagógicas e eleitoreiras, jamais resolveremos o problema. Temos que, acima de qualquer outra coisa, neste momento que Brasília apresenta um déficit habitacional de mais de 200 mil casas e convive com problemas como os da Vila Paranoá e dos conjuntos do setor "O", partir para a fixação dos posseiros urbanos, não existe invasor. Invasor foi o termo criado pelo Governo passado, exatamente para intimidar aqueles que na falta de um teto eram compelidos a ocupar uma área de terra. Nós temos que tratar com todo carinho os nossos posseiros urbanos. Na capital do País não podem existir milhares e milhares de famílias à espera de medidas democráticas, eficazes, humanas.

Lindberg Cury — O problema da habitação eu não o considero o mais sério, mas realmente sério. O problema da habitação tem que ser analisado principalmente pela sua origem. Com a desativação da indústria da construção civil criou-se um quadro de operários residindo nas periferias da cidade. O problema deve ser analisado com seriedade sob dois aspectos: se fosse para solucionar o déficit de 120 mil moradias, valeria a pena o Governo fazer um esforço e oferecer moradia a população carente? Mas temos que pensar no fluxo migratório que vem de todas as partes do País. Será que com a construção dessas 120 mil moradias nós não poderíamos gerar a necessidade de mais 120 mil? É a falta de emprego que faz com que migrantes saiam de suas cidades de origem e procurem Brasília. Eu acho que o problema do desemprego está à frente do problema da moradia. Quando a pessoa tem emprego, ela tem condições de alugar um barraco, de morar nas cidades-satélites. Então, entre moradia e emprego para a população, daria prioridade ao emprego.

Brasília deve virar Estado?

Há alguns políticos que defendem a completa emancipação do Distrito Federal. Os senhores acham que Brasília deve ser transformada no 24º Estado do Brasil?

Osório Adriano — Por que se quer transformar Brasília em um estado que talvez venha a ser como muitos estados que vemos aí, paupérrimos, lutando com dificuldades? Eu acho que este tema deve ser, primeiramente, bastante debatido. Quem deve opinar sobre isso é o povo da nossa cidade. Antes de tudo, deve-se fazer uma consulta popular sobre a transformação do DF em estado. A transformação acarretaria inúmeras consequências. A primeira consequência seria perder o repasse do ICM do trigo da União para nossa cidade. E nós temos outros repasses que beneficiam o DF pela condição de cidade-estado. A transformação de Brasília em estado importaria também na municipalização da cidade, o que não convém. Então, sou favorável à realização de um plebiscito antes de se tomar qualquer medida nesse sentido.

Maurício Corrêa — Eu sou contra a transformação do Distrito Federal em Estado. É uma ideia abstrusa, inteiramente fora do eixo do ponto de vista constitucional. O Distrito Federal é um ente anômalo dentro da estrutura republicana brasileira. Mas é da tradição republicana a manutenção de um território neutro, onde o Presidente da República tenha sua sede. É necessário, sim, repensar o Distrito Federal, reconceituá-lo, refletir sobre o que deverá ser feito em proveito de uma maior autonomia para o seu povo. O governador de Brasília precisa ser eleito pelo povo, a fim de estar à salvo das manobras e desentendimentos da cúpula da política e da estrutura do poder econômico.

Por tudo isso, sou tranquilamente a favor e isto não desfigura, absolutamente, a independência do povo. Agora, a criação de uma Assembleia Legislativa é um tema. O que nós vamos fazer será examinar os compartimentos constitucionais e as restrições legais dentro da conceitualização existente no direito constitucional, porque a Assembleia Legislativa pressupõe a existência de um Estado independente. Então, qual seria a atividade da Assembleia Legislativa? Para legislar sobre o Distrito Federal? Como, se este não é um estado independente?

Quanto à Câmara de Vereadores, sou inteiramente a favor de nos reconceituarmos no Distrito Federal, criando alguns municípios. Assim, poderia pensar-se numa Assembleia. Mas, no atual momento, é impossível. Reconheço que esta é uma maneira de satisfazer a clientela eleitoral, mas não é a maneira de responder do ponto de vista técnico. Assim, a nossa resposta é contrária à transformação do Distrito Federal em estado, porque isto atenta contra a nossa formação e não vai resolver os problemas do Distrito Federal.

O Presidente da República, a União, os poderes Legislativo e Judiciário têm as suas sedes aqui. A criação desse estado tem implicações profundas, que eu não poderia examinar aqui, como a independência do Poder Judiciário. Como é que o Poder Judiciário se colocaria em um estado independente? É o próprio Legislativo? É, sem sombra de dúvida, uma ideia inteiramente fora de equívoco.

Meira Filho — O assunto da transformação do Distrito Federal em Estado sempre foi polêmico e aqui não iria deixar de ser. Para mim, a autonomia política do Distrito Federal deveria ser discutida a partir da sugestão que foi dada por Osório Adriano. Acho que um plebiscito vai estabelecer o caminho a ser trilhado. Eu acho que a consulta popular, a consulta ao povo é básica.

Lauro Campos — Nos Estados Unidos, desde a independência e elaboração da Constituição criou-se o Distrito Federal (Washington D. C.). Nós importamos esse modelo e criamos o Distrito Federal. No antigo Distrito Federal não poderia, em face de ser sede do governo, haver um governador, um Poder legislativo ou os órgãos superpostos da União. Por isto, lá tinhamos como órgãos locais somente uma Câmara de Vereadores. Então, nós, aqui transformados em estado, com Câmara de Vereadores no Paraná, Pedregal etc. Seria um verdadeiro absurdo. Seria caríssimo, insustentável, insustentável. Além disso, nós perderíamos cerca de 40 a 50 por cento das verbas que são fornecidas

à cidade pela União, porque se trata de Distrito Federal. Na medida em que nos emancipamos e nos transformamos em Estado, teremos, que contar única e exclusivamente com a nossa receita tributária, como os outros Estados.

Lindberg Cury — Eu concordo, sob o aspecto constitucional, que essa medida deixa uma grande dúvida e pode suscitar uma grande polêmica. Inclusive essa é uma matéria para ser discutida em uma assembleia mais ampla, como a Assembleia Nacional Constituinte. Mas nós devemos analisar alguns fatos, principalmente o crescimento da população, que é avassalador nas cidades-satélites. É a transformação do DF em estado esta diretamente ligada à autonomia econômica das cidades-satélites. Portanto, ela só é viável se tivermos recursos para que a cidade se torne autônoma. Aí não dependeríamos da doação de verbas que vem do Governo Federal. A ampliação da fronteira do Distrito Federal, num caso desses, se tornaria necessária, e uma mudança dessa natureza poderia implicar até em uma proposta de regime administrativo como o existente na Grande Carajás, um modelo que poderia ser adotado para a ampliação e transformação do Distrito Federal em estado autônomo. Mas transformamos dessa natureza, e nisso concordo inteiramente com a colocação de Osório Adriano, tem que passar por um grande plebiscito. Porque, na verdade, o povo é que tem que tomar a decisão. A ele compete definir o sistema de vida mais adequado para si.

Alvaro Costa — Na atual conjuntura, propor a transformação de Brasília em estado é uma proposta irresponsável, demagógica, eleitoreira. Além do mais, quero registrar que a representação política para o Distrito Federal, nos moldes dessa que estamos tendo, não indica autonomia política. Acho, inclusive, que a proposta de representação política para o Distrito Federal foi inteiramente deturpada e pretendo postular a ampliação integral da representação política, inclusive com a municipalização das cidades-satélites a partir de estudos profundos sobre a questão. Agora, propor transformar Brasília em estado, hoje, é uma piada.

Alvaro Costa — Lindberg Cury, na minha opinião, foi muito retórico e superficial. A verdade é que Brasília tem o transporte mais caro do Brasil e a população do Distrito Federal é onerada há 10 anos. Para mim, o problema merece uma análise mais profunda. Largar mão da caixa única ou da caixa dois não resolve nada. A solução é realizar-se o reestudo da situação das empresas, já que nós temos que conviver com a privatização do transporte. O ideal seria isto, mas já que vivemos num regime capitalista, impõem-se medidas para reduzir o custo nas empresas.

Por que a TCB, por exemplo, tem juros subsidiados na compra de qualquer acessório e as empresas privadas não têm? Reduzir o custo do transporte coletivo implica, automaticamente, reduzir o custo da passagem. O que interessa ao povo é a adoção de medidas para que se diminua o preço da passagem. Não entendemos, até hoje, por que a TCB no Brasil é o quarto faturamento e, no entanto, é uma das empresas que apresentam o maior índice de prejuízos. Acho que é por falta de gerenciamento. Acho, também, que é por falta de vergonha e de coragem para o trabalho. O brasileiro não suporta o preço da passagem que ele é obrigado a pagar. E não é tanto por culpa das empresas. É culpa, sim, da sociedade como um todo e do Governo, que não propõem um reestudo com as empresas para que se reduza os custos e o preço das passagens.

Maurício Corrêa — O item transporte é de absoluta prioridade. O primeiro questionamento que eu faria seria quanto ao sistema de entrega de concessões às empresas particulares. Todos sabem que em Brasília apenas três empresas operam. E há de conhecimento público que há um lobby no setor. Existe, sem dúvida alguma, um monopólio no setor de transporte na capital da República. Eu coloco como uma solução emergente a criação do metrô de superfície interligando as cidades-satélites ao plano-piloto. Quanto às empresas particulares, proporia um esquema de mudanças no que se refere às concessões de linhas. E se fosse o caso, aquelas que recalçassem, seriam imediatamente estatizadas. Nós sabe-



Transporte

O sistema viário do Distrito Federal é extremamente caro em função da maneira pela qual

a cidade foi concebida. Com isto, a população das cidades-satélites obrigada a se deslocar para seus locais de trabalho é financeiramente sacrificada. Qual seria, portanto, a solução para o problema do transporte no Distrito Federal?

Lindberg Cury — A grande solução para o problema do transporte do Distrito Federal parte, inicialmente, de uma avaliação a respeito da cidade. Brasília dispõe de um sistema de transporte interurbano porque as distâncias são longas, o que onera os custos operacionais. Em uma cidade como São Paulo, por exemplo, o ônibus percorre diversos bairros, diminuindo o custo operacional e, automaticamente, a despesa do trabalhador. No DF as distâncias são longas e o trabalhador é muito sacrificado. Além disso, Brasília vive um clima de cidade-dormitório, com todas as satélites em função do Plano Piloto, provocando um deslocamento constante de lá para cá. A maneira mais prática para solucionar a questão do transporte é dar autonomia econômica a essas cidades. Com isto, não haveria necessidade de se buscar emprego fora das cidades-satélites, estratégia que importa na industrialização do Distrito Federal e na consequente fixação do trabalhador em sua cidade de origem.

Como essa política demanda tempo e o problema é angustiante, uma outra solução seria a criação do horário corrido para o funcionalismo público, que iria para a cidade de manhã e só retornaria no início da tarde. Um outro turno cobriria os períodos da tarde e da noite. Assim, o transporte seria descongestionado e a população não ficaria onerada com os custos do transporte que representam uma fatia muito importante no salário do trabalhador. Afinal, o trabalhador não é responsável pelas características de Brasília. Ele, na verdade, foi convidado a morar aqui e deve, em consequência, ter condições de sobreviver sem o caríssimo ônus do transporte.

Alvaro Costa — Lindberg Cury, na minha opinião, foi muito retórico e superficial. A verdade é que Brasília tem o transporte mais caro do Brasil e a população do Distrito Federal é onerada há 10 anos. Para mim, o problema merece uma análise mais profunda. Largar mão da caixa única ou da caixa dois não resolve nada. A solução é realizar-se o reestudo da situação das empresas, já que nós temos que conviver com a privatização do transporte. O ideal seria isto, mas já que vivemos num regime capitalista, impõem-se medidas para reduzir o custo nas empresas.

Por que a TCB, por exemplo, tem juros subsidiados na compra de qualquer acessório e as empresas privadas não têm? Reduzir o custo do transporte coletivo implica, automaticamente, reduzir o custo da passagem. O que interessa ao povo é a adoção de medidas para que se diminua o preço da passagem. Não entendemos, até hoje, por que a TCB no Brasil é o quarto faturamento e, no entanto, é uma das empresas que apresentam o maior índice de prejuízos. Acho que é por falta de gerenciamento. Acho, também, que é por falta de vergonha e de coragem para o trabalho. O brasileiro não suporta o preço da passagem que ele é obrigado a pagar. E não é tanto por culpa das empresas. É culpa, sim, da sociedade como um todo e do Governo, que não propõem um reestudo com as empresas para que se reduza os custos e o preço das passagens.

Maurício Corrêa — O item transporte é de absoluta prioridade. O primeiro questionamento que eu faria seria quanto ao sistema de entrega de concessões às empresas particulares. Todos sabem que em Brasília apenas três empresas operam. E há de conhecimento público que há um lobby no setor. Existe, sem dúvida alguma, um monopólio no setor de transporte na capital da República. Eu coloco como uma solução emergente a criação do metrô de superfície interligando as cidades-satélites ao plano-piloto. Quanto às empresas particulares, proporia um esquema de mudanças no que se refere às concessões de linhas. E se fosse o caso, aquelas que recalçassem, seriam imediatamente estatizadas. Nós sabe-

mos que as empresas que operam no transporte público de Brasília têm proporcionado um lucro enorme aos seus proprietários. Eles possuem até aviões, adquiridos com os lucros de um serviço de natureza eminentemente pública.

Em decorrência desse quadro, é necessário repensar o sistema de concessões no Distrito Federal, optando-se, se for o caso, pela estatização. O caso da TCB não vale ser citado, entretanto, porque não existe Governo em Brasília. Existe simplesmente um desgoverno. O Governo em Brasília — não só este, como os outros, mas acima de tudo este — nunca se interessou pelos problemas prioritários, daí todo esse drama que estamos vivendo. Mas, fundamentalmente, o problema do transporte é o item prioritário no momento. A primeira solução seria partir, decididamente, para a construção do metrô de superfície. E reexaminar as concessões. Todos os empresários alegam que as concessões são negativas, mas, contraditoriamente, ninguém quer perder os seus privilégios. Então, a nossa posição é esta: repensar o transporte na capital da República pois nós sabemos que já funciona, por parte desses empresários, um lobby em cima dos candidatos.



Segurança

Com o crescimento desordenado resultante de uma violenta corrente migratória, Brasília é, hoje, uma metrópole cercada por inúmeros bolsões de miséria. Esta situação gerou um forte desequilíbrio social e, por extensão, uma crescente onda de violência. Qual seria a fórmula ideal para se garantir segurança à população da capital da República evitando-se a meratática da repressão imediatista?

LAURO CAMPOS — Esse é um problema sócio-econômico que infelizmente tem sido tratado como questão de polícia. Todos nós sabemos, e as estatísticas estão mostrando, que acontecem 412 assaltos por mês em ônibus de São Paulo, fora os assaltos a residências, bancos, etc. A efervescência social chegou a tal ponto que ela se manifesta desta maneira. Quando eu vim para Brasília, não havia assaltos. A população podia dormir com as portas abertas. Havia apenas uma delegacia vazia na chamada Velhacop. Mas, a vida humana foi violentamente desvalorizada pelo capitalismo selvagem.

No Brasil, hoje, a esmagadora maioria dos trabalhadores ganha Cz\$ 304,00 e a pessoa só recebe Cz\$ 730,00. Se o sistema diz que as pessoas enriquecem porque trabalham, se as mercadorias são vendidas pelos seus preços exatos, mas se a vida humana vale, para a maioria, apenas Cz\$ 730,00 por mês, então esse sistema ensina que a vida do próximo não vale nada e que portanto eu posso matá-lo,

agredir-lo. A agressividade vem do sistema e das suas distorções. Da distribuição de renda defeituosa. Do fato de que apenas 30 por cento da renda nacional ficam para os trabalhadores, enquanto os 70 por cento restantes vão para os capitalistas, para os banqueiros. Estas distorções é que exigiram a polícia, o autoritarismo, o despotismo. Em resposta, a população procurou sobreviver através da agressividade. E não adianta querer tratar esse problema acima de tudo social e com a polícia, matando com as "rotas", com os "mãos brancas".

Já existe pena de morte no Brasil. Uma pena de morte que a polícia executa sem passar por um tribunal. Na Baixada Fluminense, em apenas seis meses, 1.200 pessoas foram executadas. Esta é a nossa realidade, que deve ser alterada através de um esforço constitucional de conscientização para este fim de mundo a que chegamos. Deslocando esta questão para Brasília, as maiores rubricas do orçamento do Distrito Federal contemplam o planejamento e a segurança. Segurança, entretanto, para assegurar aqueles militares que se cercam da segurança paga pelo povo, que fica realmente inseguro.

Osório Adriano — O professor Lauro Campos fez uma locução bonita, só que nada disse a respeito do tema. Ele abordou o tema nacionalmente e esqueceu-se do Distrito Federal. Nós acabamos de ver, recentemente, aos problemas de Ceilândia e da Papuda. O problema da segurança no DF gira em torno do desemprego, do menor abandono por falta de educação. Então, a responsabilidade é nossa, porque esses meninos que estão pela rua acabam se tornando criminosos em potencial. Na Papuda, com capacidade para 300 detentos, no dia da rebelião tinham mais de 500. A superpopulação carcerária gera incidentes daquele tipo. Aqui no Distrito Federal temos 5.200 policiais, quando a necessidade é de 18 mil. Nós temos 2.200 homens da Polícia Civil, quando na realidade necessitamos de 8 mil. Nós temos 11 mil processos que tramitam na Justiça, e deste total apenas 20 por cento são julgados. Existem 3 mil mandados de prisão que não foram cumpridos porque não se tem onde alojar esse pessoal. É urgente, portanto, buscar soluções: construindo penitenciárias agrícolas e industriais para recuperar os detentos. Precisamos dar condições técnicas à polícia, pagar salários decentes a estes. E é necessário, também, dar condições ao Judiciário para que ele possa desempenhar bem a sua função.

Alvaro Costa — Discutir o sexo dos anjos é muito fácil. Enquanto nós não mudarmos o modelo neste País, enquanto vivermos sob a opressão de um capitalismo brutal, não se resolverá um assunto tão delicado. Enquanto o rico não for para a cadeia neste País, enquanto os crimes de "colarinho branco" continuarem impunemente, com seus autores circulando pelas ruas e ocupando manchetes na imprensa, enquanto os matadores de Mario Eugênio permanecerem impunemente, desfilando pelas ruas de nossa cidade, não se vai resolver o problema da violência. Eu endosso e assino embaixo tudo aquilo que o professor Lauro Campos afirmou. Mas desejo ficar neste aspecto: só vai para a cadeia no Brasil quem não tem dinheiro para pagar advogado. Não existe justiça gratuita justa.



Segurança, um problema preocupante



5

Eleições

O que é prioritário para o Distrito Federal? Eleger o seu governador ou dispor, a nível local, de uma Assembleia Legislativa?

Osório Adriano Filho — O tema das eleições no Distrito Federal é um tema de todos. Nas andanças que tenho feito, constatei ansiedade geral da população para eleger os seus representantes. Eu, sou favorável à criação de uma Assembleia Legislativa e, também, à eleição dos prefeitos (administradores regionais) e do governador. Brasília sempre teve à frente de sua administração pessoas convidadas, vindas de outros estados, sem suficientes conhecimentos para o desempenho da função e carentes de contato íntimo com o povo e com a cidade. Brasília realmente é diferente. Nós, aqui, temos peculiaridades. Existem, distantes do Plano Piloto, as cidades-satélites. E isto acarreta problemas. Não sou favorável, por exemplo, a municipalização das satélites. Nós jamais devemos perder a condição de cidade-estado, porque isto nos traz alguns privilégios. Mas nós temos que achar uma maneira de conservar esta situação e, ao mesmo tempo, eleger o nosso governador, já.

A Assembleia Nacional Constituinte deverá fazer constar da próxima Constituição a eleição dos deputados que, por sua vez, escreverão a Constituição do Distrito Federal e definirão a eleição em todos os níveis.

Meira Filho — Não há dúvida de que existe um anseio popular nesse sentido. O povo deseja participar. O povo está achando que o seu voto vai influir nas decisões. Acho que a autonomia do Distrito Federal é, para todos os candidatos, ponto pacífico. Cabe à Constituinte dirimir as dúvidas e estabelecer as regras do jogo.

Lauro Campos — Na minha opinião, a questão tem sido tratada de maneira superficial e irrefletida. Existem problemas muito sérios para se transformar o Distrito Federal em estado da Federação. Seria preciso que os que se apresentam como candidatos a representantes do povo no Senado tivessem um pouco mais de cuidado no trato deste problema. Não se pode afirmar que o povo quer. A primeira pesquisa evidenciou um índice de 94 por cento de indecisos com relação aos próprios candidatos ao Senado. Este resultado é muito eloquente, porque demonstra que o povo não pode ter-se manifestado unanimemente a respeito de coisa alguma porque ele está resistindo. E este silêncio deve ser parabenizado, pois evidencia o elevado grau de conscientização da população de Brasília. Em segundo lugar, a transformação do DF em estado implica, desde já, em um destino conhecido. Como o Distrito Federal não pode gerar os recursos tributários capazes de manter os serviços essenciais do futuro estado, se a tomar esta decisão se estará lançando a capital da República em uma situação caótica. Esta é uma proposta absurda. Nós devemos manter o Distrito Federal como está para que continuemos com 50 por cento dos nossos recursos sendo transferidos da União. E, paralelamente, com independência política, para que os amigos do Presidente da República não continuem a ser aqui os seus ingovernados administradores.



Industrialização

O crescimento do Distrito Federal ocorreu em ritmo violento e acima do esperado. Com isto, as ofertas de emprego são insuficientes para a mão-de-obra em disponibilidade na cidade. A saída para esta crise seria a industrialização da Capital da República?

Lindberg-Cury — Sim. Brasília tomou dimensões que ultrapassaram o quadro para o qual ela foi programada. O governo não pode acolher todo o funcionalismo público e nem aqueles que saem da Universidade à procura de um trabalho. O que nós prevemos é que há um consenso formado para enfrentar o quadro e a realidade atual, principalmente onde verificamos que pesquisas levantadas pela ONU prevêem que no ano 2.000 Brasília terá cerca de 4 milhões de habitantes. Ou seja: o triplo de sua atual população. Assim, torna-se inarredável a ideia da industrialização do DF. É verdade que não passa pela cabeça de quem quer que seja subverter as tradições da capital com a instalação de indústria poluente. O que se pretende, sim, é colocar nas cidades-satélites pequenas in-

dústrias de transformação, direcionando para os pólos industriais, através da utilização das estruturas das cidades-satélites.

Necessitamos dar destaque, da mesma maneira, à agricultura, tanto que estamos desenvolvendo uma tese nesse sentido. Também é imperioso criar incentivos através do imposto de renda, captando recursos da própria Sudene, a fim de que ela motive as empresas de fora a investirem no cerrado, transformando-o no maior celeiro de grãos do nosso País. Eu acrescentaria, ainda, o pólo da informática como de grande necessidade. Nós vivemos um período em que a informática talvez seja uma das principais indústrias, já que estamos na capital da República, que dispõe de todos os recursos naturais para que sua alocação seja aqui, por estarmos ao lado do Governo do Distrito Federal. Em tese, estas seriam as propostas que entendemos viáveis, para industrializar o DF sem torná-lo, porém, um grande centro.

Osório Adriano — Eu, particularmente, acho que o principal é a criação de novos empregos. Quanto à viabilização, ela deveria se dar por outras formas, com a criação de distritos industriais, fixação das pessoas em seus próprios núcleos habitacionais. Com isto estaria resolvido, em parte, o problema do transporte, evitando-se a movimentação em direção ao Plano Piloto.

Maurício Corrêa — Brasília não pode nem deve ser um desaguardo da volúpia das grandes empresas que escravizam os trabalhadores, das empresas industriais que procuram apenas o sentido do lucro sem nenhuma preocupação com o aspecto social. Mas eu apoio totalmente a posição do Lindberg quanto à necessidade de ampliação do mercado de trabalho no DF, já que a única indústria existente na cidade é a da construção civil, cujo ciclo já passou. Desta maneira, torna-se indispensável a alternativa de um meio industrial para viabilizar a mão-de-obra, que vem sobretudo dos núcleos populacionais carentes do Nordeste, do Centro-Oeste, em busca do chamado Eldorado na capital da República. Agora, sempre com uma preocupação: indústrias que se compatibilizam com o plano do DF, uma cidade construída sem as conotações agressivas e selvagens dos grandes pólos industriais como São Paulo. Sou a favor da industrialização dentro desses critérios.



Comissão do DF

A Comissão do Distrito Federal no Senado deveria atuar como uma verdadeira Câmara de Vereadores a favor de Brasília. Contra ela, entretanto, pesa uma séria acusação: a de ser completamente inoperante. Qual seria, entretanto, a alternativa para que os parlamentares eleitos pelo DF influíssem, através da Comissão, na administração da cidade?

Lauro Campos — A comissão do DF foi o resultado do preenchimento de um vazio institucional. Na falta de órgãos adequados para administrar o Distrito Federal, criou-se esta Comissão. Na medida em que se criem órgãos para legislar sobre o Distrito Federal, é óbvio que ela ficará sem função e deverá desaparecer. Mas, até lá, a Comissão deveria ser integrada pelos três senadores e oito deputados que serão eleitos. Até que se construa realmente o Poder do Distrito Federal ou o seu Legislativo local.

Realmente, a Comissão do DF não está vinculada aos interesses da população de Brasília por não ter sido eleita por ela. E os senadores que a integram estão distantes dos problemas de Brasília. Eu proponho, inclusive, que enquanto não se constitui o governo do Distrito Federal, alguns órgãos nefastos, como a Terracap, sejam extintos. O exercício dessas atividades seria realizada através de órgãos subordinados à Comissão do DF, com os poderes ampliados antes que eles passem aos seus órgãos definitivos, que serão constituídos através de processos democráticos.

Meira Filho — O professor Lauro Campos foi muito feliz na sua resposta. Ele está exatamente dentro do pensamento da comunidade brasiliense. Há uma necessidade imperiosa de que os assuntos que dizem respeito à nossa capital sejam entregues a pessoas que entendam, compreendam e estejam vivenciando os nossos problemas. Eu complementaria dizendo que a Comissão do DF deve se transformar em um fórum de debates. Afinal, se eleitos, seremos procuradores das pessoas que nos colocarem lá. Um fórum de debates em que os eleitores passam também discutir os problemas da nossa cidade.

Maurício Corrêa — A Comissão do Distrito Federal não deveria, na verdade existir. Ao longo de sua existência ela provou a sua inutilidade e a sua total inoportunidade, tendo em vista que ela só existe para homologar as nomeações do governador e para servir de veículo para os senadores pleitearem cargos na administração do Governo do Distrito Federal. Na minha avaliação, o ideal seria a

eliminação da Comissão do DF após a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Como será definido pela Constituinte, quem terá competência para o processo legislativo ordinário, no que tange ao Distrito Federal, os deputados e senadores seriam os escolhidos para legislar sobre o Distrito Federal.



Saúde

O sistema de saúde do Distrito Federal vem sucumbindo ante a demanda existente na cidade. Os hospitais convenientemente equipados situam-se no Plano Piloto, não existindo nas cidades-satélites um esquema de atendimento convenientemente aparelhado. Qual seria o sistema de saúde adequado ao DF?

Maurício Corrêa — Eu tenho uma avaliação diferente sobre a situação da saúde na capital da República. Temos, aqui, a predominância do Hospital de Base e dos hospitais regionais e os hospitais alternativos são apenas o das Forças Armadas e o Média. Eu defendo para Brasília a implantação, no campo da educação, do projeto Ciep do Rio de Janeiro, que provou ser o melhor programa brasileiro de educação. No que diz respeito à saúde, seria a adaptação do plano Ciep para o setor.

Com isso, seriam criados mini-hospitais, oferecendo um eficaz atendimento às populações mais carentes, que passariam a dispor de um sistema ágil. É importante efetivar-se uma mudança de mentalidade com relação à saúde na capital da República. A criação dessa rede hospitalar mais popular, com a eliminação das filas e a distribuição do medicamento é, na minha avaliação, a fórmula ideal.

Isso, porém, vem como uma grande discussão dentro do tema da Constituinte, porque não basta colocar na Constituinte que todo trabalhador tem direito a um salário mínimo. É necessário criar mecanismos de proteção para colaborar com o salário mínimo, que é de Cr\$ 804,00. E quais são esses mecanismos de proteção? São os da saúde e da alimentação, basicamente. Mas a saúde, fundamentalmente, tem que ser objeto de mecanismo de proteção da Constituição federal para subsidiar e auxiliar o tratamento do povo.

Não basta o trabalhador ter o direito ao salário mínimo, com aquelas obrigações, com aqueles direitos do artigo 165 que a atual Carta estabelece. O problema da saúde tem que se constituir no mecanismo de proteção, dentro da Constituição, para atender o pobre. E por isso que não basta criar um hospital, melhorar a rede de atendimento sanitário do povo. É preciso criar os mecanismos que nós defendemos como medida social, altamente benéfica e salutar dentro deste grande tema da discussão para a Constituinte.

Lindberg Cury — Realmente, o sistema de saúde do DF está superado e ineficiente. Não é apenas a população que o utiliza, mas a população das cidades da região geoeconômica também tem usado o sistema local. Nós achamos que o setor carece de uma dotação de verbas, para aperfeiçoamento inclusive a nível técnico. Este aperfeiçoamento visa atingir toda a rede hospitalar do Distrito Federal. E reformular por completo o sistema da cidade.

Na verdade, eu concordo com o Maurício quanto ao fato de que a classe menos privilegiada sofre com o desgoverno da saúde do Distrito Federal, provocada por um fluxo cada vez maior de pessoas carentes. Nós podíamos, como sugestão, apresentar algumas propostas; sendo uma delas o levantamento das principais doenças que atingem a população, e estabelecer os mecanismos capazes de eliminar essas preocupações com o setor da saúde nas cidades-satélites. Além disto, deveríamos ter nas satélites as principais fontes de atendimento à população.

Meira Filho — A saúde é o envolvimento do corpo. Feliz de um país que cuida da saúde de seu povo. O que nós estamos assistindo na capital do Brasil chega a ser desumano. Pessoas modestas, simples, humildes, que saem de suas casas e vão enfrentar filas enormes. E quando chegam na hora da consulta não tem mais número de ficha. Isto é desolador.

Eu acho que um dos defeitos graves da nossa saúde é o fato de não ser unificada. E tanta secretária, é tanta coisa, é previdência social, é hospital não sei do quê... O povo acaba desistindo. No caso de Brasília, o problema requer, urgentemente, o reaparelhamento dos hospitais. Afinal, Brasília foi colocada em pleno sertão brasileiro e solicitou-se a pessoas dos mais diversos locais que viessem para cá. O sistema de saúde implantado no início satisfazia às necessidades. Mas tudo extrapola, tudo cresceu muito mais do que a previsão poderia imaginar. Em função disto exige-se o reaparelhamento do sistema hospitalar e a melhor remuneração da mão-de-obra.



Antes do início, Osório, Maurício e Lindberg confabulam

O jogo fica mais aberto: cada um escolhe seu alvo

Na segunda parte, o sistema foi o seguinte: todos os candidatos, após sorteio, tinham o direito de escolher outro como alvo de uma pergunta. E todos puderam fazê-lo. Ai, a entrevista desandou um pouco mais: críticas severas, agressões, questionamentos. O primeiro foi Alvaro Costa, que fez sua pergunta a Lindberg — no que acabou virando um bate-boca. O jogo, agora, ficou mais aberto.

— **Alvaro Costa** — A pergunta é muito simples. Meu caro Lindberg: como se adapta um ex-representante de Paulo Maluf, inclusive candidato de Paulo Maluf ao Governo do Distrito Federal, ao esquema do Partido Comunista, que o apóia hoje.

— **Lindberg Cury** — Eu acho que a sua pergunta é uma agressão. Em primeiro lugar, não tenho vínculos com ele. Acho que você tem um privilégio muito grande de contar com quatro horas diárias de televisão à frente. E essa a razão de seu bom posicionamento nas pesquisas. Mas a preocupação sua com a nossa candidatura existe porque a sua candidatura está decrescente. Você esteve com 17 pontos. E muito comum para quem ocupa os meios publicitários. Baixou para 16, baixou para 12... Agora, quer destruir aqueles que estão crescendo. Nunca pertenci a partidos políticos. A minha ligação com Paulo Maluf foi apenas numa visita que ele fez a Brasília e fez uma palestra na Associação Comercial. Eu jamais estive em São Paulo para visitá-lo. E nem ele, quando veio aqui, me fez qualquer tipo de visita. Agora, eu não vejo sentido político nisso, porque meu partido é o PMDB, aquele mesmo que você quis integrar e não conseguiu legenda. Eu disputei a legenda e fui o mais votado pelo colégio e as portas da Associação Comercial sempre estiveram abertas para discussão livre e honesta aqui no Distrito Federal. Uma grande Trinchiera, enquanto você se escondeu na sua própria rádio, na sua televisão, e não teve coragem de abordar os temas como está tendo oportunidade agora, como candidato. Mas vamos um pouquinho mais além. Na época do AI-5, fui o único presidente de Associação Comercial que teve coragem de enfrentar a revolução. Foi quando se pediu que fosse feita a implantação da autonomia política para o Distrito Federal. A ACOF abriu as portas para o Cebrade, que abriu as portas para discutir a candidatura. Enfim, eu enfrentei tudo isso e lá, no dia que nós fomos cercados pelo policiamento pelos órgãos militares, no plenário da Associação Comercial, ao lado também de Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Brizola, Lula, o senhor Alvaro Costa não estava lá, o que eu lamento muito.

— **Alvaro** — Bom em princípio, eu queria dizer a você que a pergunta não foi uma agressão. A cidade toda, meu caro Lindberg, conhece as suas implicações, pode ser até que não existam hoje, mas no passado existiram...

— **Lindberg** — Jamais existiram, a não ser na época em que ele era presidente da Associação Comercial de São Paulo e eu... — **Alvaro** — Existiu ou não existiu? — **Lindberg** — Foi simplesmente uma palestra... — **Alvaro** — Eu queria determinar isso: existiu a ligação ou não existiu? — **Lindberg** — A nível de Associação Comercial, mais nada, nem política. — **Alvaro** — Enão, perfeito. Não foi uma agressão. Eu não vou complicar. Mas eu quero dizer o seguinte: com relação à adaptação do candidato Lindberg Aziz Curi ao programa do Partido Comunista Brasileiro não houve resposta. — **Lindberg** — Você não fez esta pergunta. — **Alvaro** — Fiz sim. — **Lindberg Cury** — Eu posso responder. Olha, eu considero uma honra para mim ter sido escolhido pelo partido comunista e, por várias razões. Primeiramente, eles têm uma ideologia muito grande, não apóiam qualquer tipo de pessoa. E a nível de ideologia eu fui gratificado com esse apoio, porque eles fizeram um sistema de triagem entre os candidatos do PMDB e da coligação. E essa escolha reflete a luta pelos microempresários, pela autonomia política. Tanto que fui chamado diversas vezes pelo SNI para prestar esclarecimentos. Tive coragem suficiente. As minhas empresas foram visitadas, recebi pressão e sofri tremendamente. E o Partido Comunista do Brasil tem consciência do que eu passei nos períodos áureos da ditadura quando a Associação Comercial funcionava como uma assembleia legislativa, era a única casa representativa dos anseios da população brasiliense, era a verdadeira tribuna livre da nossa cidade. O meu passado é um passado de honestidade, histórico e que está aí submetido à apreciação do povo. Foi baseado nisso que eu recebi o apoio do Partido Comunista.

ção Comercial de São Paulo e eu...

— **Alvaro** — Existiu ou não existiu?

— **Lindberg** — Foi simplesmente uma palestra...

— **Alvaro** — Eu queria determinar isso: existiu a ligação ou não existiu?

— **Lindberg** — A nível de Associação Comercial, mais nada, nem política.

— **Alvaro** — Enão, perfeito. Não foi uma agressão. Eu não vou complicar. Mas eu quero dizer o seguinte: com relação à adaptação do candidato Lindberg Aziz Curi ao programa do Partido Comunista Brasileiro não houve resposta.

— **Lindberg** — Você não fez esta pergunta.

— **Alvaro** — Fiz sim.

— **Lindberg Cury** — Eu posso responder. Olha, eu considero uma honra para mim ter sido escolhido pelo partido comunista e, por várias razões. Primeiramente, eles têm uma ideologia muito grande, não apóiam qualquer tipo de pessoa. E a nível de ideologia eu fui gratificado com esse apoio, porque eles fizeram um sistema de triagem entre os candidatos do PMDB e da coligação. E essa escolha reflete a luta pelos microempresários, pela autonomia política. Tanto que fui chamado diversas vezes pelo SNI para prestar esclarecimentos. Tive coragem suficiente. As minhas empresas foram visitadas, recebi pressão e sofri tremendamente. E o Partido Comunista do Brasil tem consciência do que eu passei nos períodos áureos da ditadura quando a Associação Comercial funcionava como uma assembleia legislativa, era a única casa representativa dos anseios da população brasiliense, era a verdadeira tribuna livre da nossa cidade. O meu passado é um passado de honestidade, histórico e que está aí submetido à apreciação do povo. Foi baseado nisso que eu recebi o apoio do Partido Comunista.

— **Meira Filho** — Meu prazer de companheiro Maurício Corrêa; estamos numa tarefa nacional. Os eleitores brasileiros vão eleger os senadores e os deputados para a Constituinte. Acho que o Brasil encontra-se num momento histórico. Você, Maurício, como brasileiro, homem que postula as coisas certas para nosso País, como você vê este bloco parlamentar de nossa cidade, tanto no âmbito local como nacional? E como você vê o prosseguimento futuro deste bloco parlamentar, mesmo que seja suprapartidário?

— **Maurício Corrêa** — Eu me preocupo, Meira, com o abuso do poder econômico já existente na Capital da República. Quer dizer, a fatura de automóveis de determinados candidatos, a parafernália eletrônica colocada à disposição deles. Basta chegar à janela, que se vê isso

na rua. Eu acredito que há muita gente que não tem um passado de lutas pela cidade que sempre se preocupou exclusivamente com a sua atividade e jamais com a desgraça da arbitrariedade que acontecia no País. O meu recelo é que haja uma participação mais densa de elementos retrógrados, conservadores, porque a nossa grande preocupação, hoje, em Brasília, é sem dúvida nenhuma a possibilidade de o Congresso Constituinte abrigar estas forças, em prejuízo de uma cidade que gostaria de se libertar de todas as mazelas que existem desde a época de sua construção.

Em função deste quadro, vou lutar para que o eleitorado tenha conhecimento do passado de cada um, do que fizeram nos momentos difíceis. Afinal, quando das arbitrariedades do general Newton Cruz, quando da invasão da UNB, e da realização de serviços, degradações humanas em cima dos trabalhadores e sindicalistas, muitos desses candidatos batiam palmas, pois não gostavam que houvesse qualquer tipo de liberdade. Tem que colocar isto na rua, explicar muito bem explicado, para que os eleitores saibam onde estavam quando o Governo colocou, por duas vezes, Brasília sob estado de emergência. De qualquer maneira, faço votos para que sejam eleitos candidatos mais independentes, a fim de garantir um bom nível de representação para o DF.

— **Osório Adriano** — Professor Lauro Campos, o Senhor é contra as escolas particulares de ensino?

— **Lauro Campos** — As escolas particulares, para mim, devem, tal como diversas outras atividades, ser abolidas. O ensino é uma questão social, e portanto deve ser tratado única e exclusivamente pelo Estado. Os Ciep's podem realmente se transformar num sistema educacional altamente eficientes. Eu acho que só o Estado pode fazer um sistema de Ciep's também e um sistema superior de ensino. Eu, quando candidato a reitor da Universidade de Brasília, propus a criação de universidades-satélites entre Taguatinga e Ceilândia. E essa, como outras inúmeras sugestões minhas, foram apropriadas por candidatos, e até por senadores de Goiás. Enfim, defendo a gratuidade do ensino em todos os níveis, pois esta deve ser uma questão exclusivamente do Estado.

— **Lauro Campos** — Dr. Osório Adriano, qual o limite de gastos que caracteriza abuso do poder econômico? A partir de qual limite o Senhor considera que um candidato pode ser vulnerável ao Tribunal Superior Eleitoral?

— **Osório** — Estou em

Brasília há trinta anos traba-

lhando pela coletividade. Hoje, ofereço 1.500 empregos de bom nível, de alto nível. Ofereço centros de treinamento ao meu pessoal. Eu treino o meu próprio pessoal. Sempre trabalhei dentro do slogan que é o da minha campanha: "Trabalho e Seriedade". E muitas vezes as pessoas buscam manchar o meu nome. Procuram, mas não conseguem, então têm que sair com outro tipo de acusação. Acusações bárbaras, não comprovadas, de abuso de poder econômico. E a maneira que essas pessoas têm de nos agredir, de querer diminuir o nosso trabalho, a nossa luta em prol dessa cidade...

— **Lauro** — Perguntar não ofende...

— **Osório** — Agora, o Senhor está querendo me acusar de abuso do poder econômico...

— **Lauro** — Eu, eu?, Jamais, jamais!

— **Osório** — O Senhor não sabe, mas eu lhe digo, eu lhe digo. Eu estarei dentro dos limites estipulados pelo Tribunal Regional Eleitoral, que para Senador são da ordem de 2 milhões e...

— **Lauro** — Não são os trinta que dizem...

— **Osório** — Hein?

— **Lauro** — Não são os trinta que dizem?

— **Osório** — Eu estarei dentro da lei, como o Senhor também.

— **Lindberg Cury** — "Meira Filho, até que ponto seu programa contribuiu para sua posição nas pesquisas de opinião pública?"

— **Meira Filho** — Você tocou na parte essencial da minha vida. Eu, como jornalista, radista, dediquei e dedico minha vida ao rádio, com respeito profundo a todas as camadas sociais da cidade, à qual devo o meu trabalho. É muito difícil a gente manter um posicionamento na comunicação sem ferir susceptibilidades. Não sei se consegui isso. Apenas trabalhei com o respeito profundo que sempre mereceram tanto as autoridades como o povo. Procurei, através dos meios de comunicação, sensibilizar a autoridade e o nosso povo. E assim que eu tenho feito. Na medida do possível, antes de entrar no microfone, eu peço a Deus que me oriente, para que não tenha posição pessoal, que procure o equilíbrio, sem estelismos, seguir na minha jornada. Não que eu seja sábio, apenas me guio na orientação daqueles que contribuíram com o seu saber, com sua inteligência para o equilíbrio. Meu trabalho tem sido este. Quanto à pesquisa eleitoral, acho que o meu trabalho influiu nos resultados, por me identificar com o povo.

— **Maurício Corrêa** — O governador Costa, você acha que o Alvaro Costa, você acha que o governador agiu certo ao negociar com os presos da Papuda?

— **Alvaro Costa** — Todas as atitudes que têm sido tomadas pelo governador do Distrito Federal não são embasadas naquilo que um cidadão espera de um governador. Acho que mais uma vez a cidade esperava uma atitude no sentido de solucionar a questão e não se aproveitar dela para, talvez, evidenciar uma posição meramente demagógica. O governador estava no papel dele quando se decidiu a negociar uma situação dramática. Creio apenas que não deveria ter sido atabalhoadamente. Se existe uma autoridade constituída, essa autoridade tem que ser, na pior das hipóteses, consultada. Na medida em que o governador se antecipa ou passa por cima de um secretário nomeado por ele próprio, ele está desautorizando aquela autoridade, desmerecendo inclusive a capacidade daquela autoridade de resolver o assunto. Eu não posso antever que tipo de medida o secretário de Segurança Pública tomaria. Mas qualquer medida deveria ter sido tomada, no consenso entre as autoridades. O fato de ter-se libertado um ou outro marginal trouxe intranquilidade à população, e creio que houve uma quebra da própria autoridade do Governador ao reduzir ou quebrar a autoridade do seu secretário de Segurança.



Lauro Campos, pasta debaixo do abraço, aguarda